



## **IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo**

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

### **GT: Teoria do discurso e pesquisa em Educação Desdobramentos da BNCC para a Educação Física Escolar: o caso dos Livros Didáticos**

Denise de Souza DESTRO  
Doutora em Educação (Prefeitura de Juiz de Fora – MG/ Brasil)

**Resumo:** Objetivo neste texto discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Física Escolar (EFE) por meio do Livro Didático (LD) para os anos iniciais do Ensino Fundamental, entre 2019-2022. Argumento que a produção desses livros reforça a tentativa de normatizar os conhecimentos da EFE, minimizando conhecimentos culturais locais. Tenciono que o LD para a EFE pode ser considerado um documento que tende ao fracasso enquanto política de implementação, pela impossibilidade de fechamento da significação e seu distanciamento da dinâmica escolar. A Teoria do Discurso, apropriada ao campo curricular, subsidia minhas interpretações. Três editoras foram selecionadas pelo Programa Nacional do Livro Didático – Editora Moderna, TerraSul, FTD – para uso docente, os quais apresentam Unidade Temáticas, desconsiderando a cultura viva escolar e de seu entorno. Há diferenças na estruturação dos livros, porém todos exibem atividades práticas relacionando-as às habilidades da BNCC. O engessamento do trabalho docente é propiciado ao utilizá-los sem acionarem os conhecimentos discentes.

**Palavras-chave:** Educação Física. Livro didático. BNCC.



## Introdução

No campo discursivo da Educação Física Escolar (EFE) tem-se diferentes perspectivas teóricas que subsidiam práticas pedagógicas distintas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) é uma política educacional de centralidade curricular que sistematiza o conhecimento de todos os componentes curriculares que compõem a Educação Básica. Durante o período de construção da BNCC, disputas político-discursivas concernentes à EFE são identificadas, sendo a sistematização do conhecimento uma das mais significativas em todo o processo (DESTRO, 2019). Como um dos dobramentos de implementação da BNCC para os anos iniciais do Ensino Fundamental, tem-se a produção do livro didático para a EFE, pela primeira vez, a nível nacional, instituído pela Política Nacional do Livro didático (PNLD) (BRASIL, 2018), sendo distribuídos os livros às escolas públicas municipais e estaduais a partir do ano de 2019 (MELO; MOREIRA, 2019). Embora, nesse caso específico da EFE, o livro didático seja destinado inicialmente para o professor, intenciona-se, posteriormente, a produção de livros também para uso discente de escolas públicas brasileiras. Essa produção e, conseqüentemente, sua utilização pode proporcionar alguns estranhamentos para boa parte de professores/as e estudantes, haja vista que não é muito comum o uso desses materiais nas aulas do referido componente. O PNLD (BRASIL, 2018) aprovou três livros para a EFE, correspondente a três editoras: Editora FTD (livro *Encontros*), Editora Moderna (livro *Práticas Corporais da Educação Física*) e Editora TerraSul (*Manual do professor para a Educação Física*). Esses livros são sistematizados para os anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, destinados do 1º ao 5º ano e seguem os pressupostos teóricos da BNCC.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é discutir os desdobramentos da BNCC para a EFE, via sua implementação, no que diz respeito à elaboração do livro didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental desse componente curricular. Argumento que a produção do livro didático, a partir da BNCC, reforça a tentativa de hegemonizar e normatizar os conhecimentos da EFE, não oportunizando, no mesmo grau de importância, os conhecimentos locais a serem explorados pelos/as professores/as que seguirem o livro “do início ao fim”. Entretanto, tenciono que essa tentativa de normatização via livro didático fracassa na medida em que os diferentes



currículos produzidos nas esferas estadual e municipal passam por processos de tradução (DERRIDA, 2002) e não dão conta de abarcar as especificidades locais em relação ao conhecimento da Cultura Corporal de Movimento, objeto de estudo e intervenção da EFE, apontado pelo documento da BNCC.

O aporte teórico da Teoria do Discurso (LACLAU, 2011; 2013) e do pós-estruturalismo (PETERS, 2000), apropriado pelo campo do currículo por Lopes e Macedo (2011) subsidiam as reflexões realizadas neste texto, ampliando as interpretações concernentes ao tema em questão. Nesse sentido, tomo os três livros didáticos selecionados pelo PNLD (BRASIL, 2018) como inscrições textuais curriculares que produzem sentidos no âmbito das aulas da EFE, tentando redimensionar a prática docente a partir dos ordenamentos da BNCC, constituindo-se, dessa forma, o material empírico a ser interpretado nesse texto.

### **Algumas questões relevantes**

O discurso apresentado pela BNCC toma o conhecimento, apresentado nos diferentes componentes curriculares, como aquele necessário e importante à melhora da Educação no país e, conseqüentemente, essenciais de serem trabalhados no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, se estabelece uma relação direta entre os conhecimentos sistematizados nos diferentes anos escolares e as aprendizagens essenciais a que todos/as os/as estudantes das escolas brasileiras têm o direito de aprender (BRASIL, 2017). Podemos caracterizar essa política educacional como normativa na medida em que visa orientar a produção de currículos estaduais, municipais, federais e privados, sistematizando o conhecimento nos diferentes anos escolares para todos os componentes curriculares, validando a homogeneização de saberes, independentemente da dimensão regional e cultural do país. Entretanto, a BNCC aponta que, a partir das reformulações curriculares derivadas de sua homologação no ano de 2017, os conhecimentos locais poderão ser incorporados aos demais estabelecidos pela Base, sendo caracterizados como a parte diversificada dos currículos. Entendo que essa demarcação acerca da parte diversificada como uma tentativa de minimizar os efeitos homogeneizadores de um currículo comum, em um discurso pautado na



dimensão territorial brasileira. Assim, os conhecimentos ditos locais são compreendidos como apêndices do currículo e dos planejamentos, haja vista que “não se pode” retirar nenhuma das Unidades Temáticas e Objetos de Conhecimento propostos pelo documento federal, no entanto, pode-se incorporar conhecimentos e adaptar algumas competências. Essa situação acaba por inchar o planejamento do professor em função de uma suposta necessidade de dar conta do que a BNCC traz como necessário e o diálogo com as culturas locais/regionais. A respeito, Teixeira e Branco (2021, p. 693) asseveram que:

Construir um currículo democrático, no sentido de atender as diversidades de todo o território nacional de um país extenso como o Brasil se torna um desafio ao se considerar a complexidade que se expressa nas múltiplas realidades existentes no país. A complexidade é traduzida não somente nas diversidades regionais, devendo-se atentar, principalmente, para as questões que envolvem as desigualdades sociais de classe, de gênero e étnico-raciais.

Após o processo de reformulação dos currículos nos diferentes sistemas educacionais brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) orienta para o que podemos denominar de “processo de implementação da BNCC”, como uma das partes do processo político instituído. Digo, em parte, porque todo o processo da construção da BNCC, em seus diferentes momentos e discussões, propiciaram o repensar das políticas de currículo no país, em embates a favor e/ou contra (DESTRO, 2019; 2022), potencializando ressignificações acerca do documento em si e de suas próprias reformulações curriculares nos anos subsequentes.

Dentre os direcionamentos para a implementação, para além da feitura dos currículos locais, o MEC investiu, por meio da PNLD, na publicação de editais para os livros didáticos de forma a serem contempladas a partir das orientações pedagógicas trazidas pela BNCC. De acordo com Oliveira e Rosa (2016, p. 274), “[...] o programa de avaliação e aquisição de livros didáticos da Secretaria de Educação Básica – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem forte impacto sobre as práticas pedagógicas escolares e produz efeitos importantes como política curricular”.

Podemos inferir que esse investimento se relaciona a interesses políticos e comerciais, pois o PNLD envolve em seu processo político, “[...] avaliação, seleção, compra e distribuição de milhões de livros didáticos para a escola básica pública de todo país, contando com



investimentos na ordem de bilhões de reais, sendo um dos maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo” (OLIVEIRA; ROSA, 2016, p. 274).

Para além de aumentar os investimentos no PNLD, a implementação da BNCC apresenta a inclusão de componentes curriculares e etapas da Educação Básica que, até então, não faziam parte do programa. Assim, o PNLD (BRASIL, 2018) passa a ofertar livros didáticos, de uso exclusivo para os/as docentes, como forma de apoio pedagógico para os componentes curriculares de Artes e Educação Física e para a etapa da Educação Infantil.

As editoras que se propuseram a produzir livros para serem submetidos ao edital do PNLD enviaram seus exemplares de forma a participar do processo de análise, sendo que, após a seleção, os livros foram disponibilizados aos diferentes sistemas de ensino para que fosse realizada a escolha por aquela obra didática que “melhor” se adequasse à escola e ao seu projeto pedagógico.

Sobre as escolhas dos livros didáticos pelas escolas, esse processo é feito, geralmente, nas próprias unidades escolares, em ordem de preferência, de forma que os livros selecionados sejam enviados em um prazo específico para que sua distribuição seja realizada para que a utilização possa se dar no ano seguinte, tanto pelos/as docentes quanto para os/as estudantes. Orienta-se que os/as docentes escolham as obras didáticas de acordo com suas preferências, apresentando o livro que gostariam de receber, seguidos dos outros, em ordem de prioridade.

No caso específico da EFE, como dito anteriormente, nunca houve a produção de livros didáticos inseridos no PNLD para as aulas do componente, fornecidos pelo Governo Federal (SOUZA JÚNIOR et al, 2015). Existem, porém, algumas experiências com esse recurso pedagógico no Brasil, como é o caso dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Esses estados produziram/produzem seus próprios livros para atender tanto o/a professor/a quanto para o/a estudante há alguns anos (SOUZA JÚNIOR et al, 2015). A experiência também acontece na rede privada, a qual tem produzido seus materiais didáticos como no sistema Positivo, no Objetivo e no Anglo (DARIDO et al., 2010). Darido et al. (2010, p. 451) chamam a atenção que o livro didático:

[...] não deve ser confundido com o processo de sistematização dos conteúdos ao longo dos ciclos de ensino, ou seja, quando falamos em livro didático estamos propondo a elaboração de um tipo de material de apoio ao



professor, que poderá ser utilizado em qualquer série ou bimestre, dependendo das escolhas e das necessidades do contexto, da escola e do professor envolvido.

Entretanto, há de se destacar que o discurso a respeito de que o livro didático pode ser considerado como material de apoio aos/as docentes, no caso da EFE, advirto a respeito do propósito subjacente a ele, que é a implementação da BNCC e, nesse sentido, uma forma de cerceamento do fazer pedagógico, nos diferentes anos escolares, iniciando-se nos anos iniciais do Ensino Fundamental para, posteriormente, ser expandido para os anos finais, como está acontecendo nesse ano de 2022.

Especificamente, para o componente curricular EFE, foram aprovados três livros didáticos para uso exclusivo do/a professor/a das editoras FTD, TERRASUL, MODERNA, no entanto não houve a distribuição das obras didáticas para os/as estudantes para os anos iniciais do ensino fundamental. Desse modo, a oferta de três livros de EFE para os anos iniciais do Ensino Fundamental pode parecer uma novidade para boa parte dos/as docentes, podendo auxiliar no processo de implementação da BNCC. Em contrapartida, saliento que esses livros didáticos podem minimizar as potencialidades de inserção de conhecimentos locais, tão importantes quanto aqueles que foram sistematizados pelo documento federal e nos currículos estaduais e municipais. O livro didático, então, pode estar relacionado a interesses mercadológicos, abrangendo em suas páginas, interesses didático-pedagógicos distintos, reproduzindo valores e os conhecimentos que foram eleitos para fazerem parte do universo escolar, excluindo tantos outros possíveis. Uma discussão bastante controversa que ocorreu ao longo do processo de construção da BNCC (DESTRO, 2019). Lopes (2012, p. 710) assevera que

Toda decisão política é realizada em detrimento de inúmeras outras possibilidades, exclui inúmeras decisões imprevistas, estabiliza algo caótico e instável, e ainda ordena o que não possui ordem como sua condição essencial. Manter a perspectiva de que a ordem é decorrente da decisão e que uma dada articulação provisória sustenta a hegemonia sem apagar as diferenças faz parte da política democrática.

Disputas discursiva foram travadas em todo o processo de constituição da BNCC, hegemonizando o discurso de que a melhora da Educação brasileira se dará a partir do momento que se utilizarem esse documento como uma política/texto curricular. Porém não foi mencionado, em momento algum, que a instituição dessa política é da ordem da



provisoriamente da precariedade e da contingência. Para Mendonça (2015, p. 77) a precariedade e a contingência “[...] marcam os constantes limites de qualquer ordem estabelecida”. Nesse sentido, a precariedade se mostra como um discurso que não se manterá para todo o sempre; a contingência como experiência em sua dimensão ôntica, dependente do contexto em que ela se estabelece e que não pode ser retrocedida a um determinado fundamento e a provisoriamente como algo que se estabelece de forma provisória e não total, para sempre. Nesse sentido, temos que lançar um olhar crítico para a política do PNLD e, mais especificamente, para o componente curricular da EFE de forma a compreendê-los como políticas constituídas em um processo discursivo distinto e os discursos hegemônicos são momentâneos e, principalmente, únicos.

### **Os livros didáticos para a EFE**

A BNCC para o Ensino Fundamental sistematiza o conhecimento para a EFE em seis Unidades Temáticas a saber: Brincadeiras e Jogos; Danças; Esportes; Ginásticas, Lutas e Práticas Corporais de Aventura. Apesar de o documento federal apontar que essa sistematização é uma dentre outras possíveis, destaco que há uma contradição discursiva, na medida em que advoga outras possibilidades de sistematização, porém normatiza o que deve ser ensinado nas aulas de EFE, destituindo outras formas de se pensar a organização de seus conhecimentos e experiências educacionais locais. Há de se destacar, entretanto que meu olhar reflexivo se direciona para as obras didáticas referentes aos nos iniciais do Ensino Fundamental, por esse motivo, a Unidade Temática Práticas Corporais de Aventura não será mencionada, pois a mesma é sistematizada para o 8º e 9º anos.

Um dos desdobramento da BNCC para a EFE se deu via PNLD, com a disponibilidade de três livros didáticos para o componente, de forma a auxiliar a prática pedagógica docente. Como mencionado anteriormente, as três editoras que foram aprovadas via edital do PNLD foram a FTD, a TERRASUL e a MODERNA. Para cada obra referente à cada os livros são apresentados em dois volumes, sendo o primeiro específico para o 1º bloco referente ao 1º e 2º anos e o segundo para o 2º bloco, compreendendo as turmas de 3º ao 5º anos. Essa distribuição está concernente à sistematização e organização dos anos escolares realizada pela BNCC para a Educação Física que tem seu trabalho desenvolvido por blocos e não de forma seriada. Vejamos as capas dos LD apresentadas na sequência:



Editora TerraSul

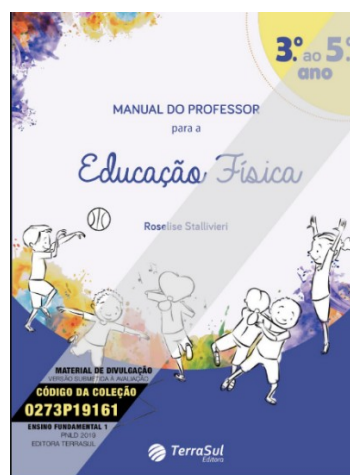
Figura 1: Livro Editora TERRASUL (1ª ao 2º anos)



Fonte:

<https://pt.calameo.com/books/005203537d3402a781c2c>. Acesso em: 23 ago. 2022

Figura 2: Livro Editora TERRASUL 3º, 4º e 5º anos)



Fonte:

<http://p.calameoassets.com/180808185618-f0a72789c3aafdce131e6fe9f01e6d27/p1.jpg>.

Acesso em: 23 ago. 2022.

Editora FTD

Figura 3: Livro Editora FTD (1ª ao 2º anos)







Fonte: <https://br.pinterest.com/grag1963/>.

Acesso em: 23 ago. 2022

Figura 4: Livro Editora FTD (3º, 4º e 5º anos)

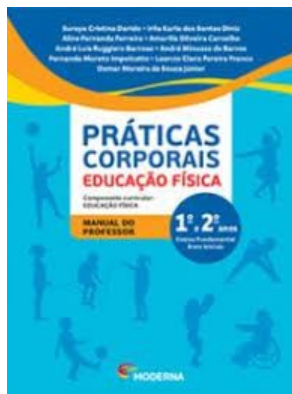


Fonte: <https://doceru.com/doc/xc0s11v,>

Acesso em: 23 ago. 2022

### Editora Moderna

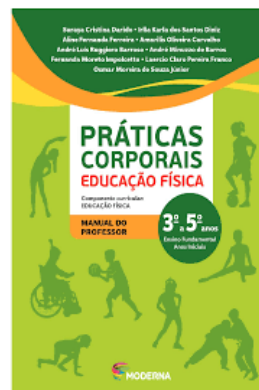
Figura 5: Livro Editora Moderna (1ª a 2ª anos)



Fonte:

<https://pnldf1.moderna.com.br/praticascorporais/>. Acesso em: 23 ago. 2022

Figura 6: Livro Editora Moderna (3º, 4º e 5º anos)



Fonte:

<https://pt.calameo.com/read/0028993278ba902930368>. Acesso em 23 ago.2022.

A sistematização de todos os três livros obedece àquela trazida pela BNCC (BRASIL, 2017). Logo no sumário, têm-se os conhecimentos que são sistematizados, apresentando atividades possíveis de serem ministradas pelos/as professores/as, a metodologia e uma avaliação em cada Unidade Temática. Os livros das editoras Moderna e FTD apresentam as



habilidades apontadas pela BNCC concernentes às Unidades Temáticas e com os Objetos de Conhecimento (vide Figura 7).

No livro *Encontros* (FTD), os professores, ainda, podem vislumbrar possibilidades de trabalho interdisciplinar, haja vista que o livro aponta os componentes curriculares que podem ser trabalhados em conjunto com a EF (Figura 8).



Figura 7: Unidade Temática Dança – Editora Moderna

**3<sup>o</sup> ANO** **DANÇAS**

**Habilidades presentes nesta unidade temática**

- (EF35EF09) Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando as diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.
- (EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana.
- (EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares do Brasil e do mundo, e das danças de matriz indígena e africana.
- (EF35EF12) Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las.

**TEMA 1**

## Danças indígenas

**Objetivos**

- Conhecer e valorizar as danças indígenas como uma manifestação cultural brasileira.
- Experimentar e fruir as danças indígenas.
- Experimentar gestos, espaços e ritmos das danças indígenas.

**Para começar**

Peça aos alunos que formem um grande círculo e se acomodem no chão. Leve para a aula uma imagem de dança indígena (pode ser uma cópia ampliada da fotografia a seguir) e instigue-os sobre o que eles veem: "A observação dessa foto nos fornece informações sobre pessoas, costumes, vestimentas? Quais?", "Podemos afirmar que essas pessoas estão dançando? Por quê?".

Caso os alunos tenham dificuldade de responder a essas questões, ajude-os no processo de descoberta.

Em seguida, explique a eles que se trata de uma dança indígena de grande representatividade cultural, ressaltando que os conhecimentos produzidos por esses povos não são devidamente reconhecidos pela sociedade em que vivemos. Utilize as informações apresentadas em "Análise e Compreensão" para aprofundar essa reflexão inicial.

17

Fonte: <https://pt.calameo.com/read/0028993278ba902930368>. Acesso em 04 set. 2022.



Figura 8: Editora FTD

**1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

# BRINCADEIRAS E JOGOS DE MATRIZ INDÍGENA

**Aulas: 1 a 4**

**Unidade temática:** Brincadeiras e jogos  
**Faixa etária:** 8 a 10 anos  
**Sugestão de tempo:** 4 aulas

**INTERDISCIPLINARIDADE COM**

- História
- Geografia
- Língua Portuguesa

**EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM**

- Identificar práticas corporais de jogos e brincadeiras da cultura indígena.
- Organizar e praticar jogos e brincadeiras indígenas que possibilitem a participação de todos.
- Respeitar, valorizar e preservar a cultura e a diversidade cultural brasileira.
- Identificar diferenças étnico-culturais por meio da prática de brincadeiras indígenas.
- Experimentar brincadeiras que exploram a movimentação, a força, a cooperação e propiciam a fruição.

**HABILIDADES DA BNCC**

**(EF35EF01)** Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz africana e indígena, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.

**(EF35EF02)** Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz africana e indígena.

**(EF35EF03)** Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz africana e indígena, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.

**(EF35EF04)** Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz africana e indígena, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.

**(EF05HI01)** Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado.

Fonte: <https://doceri.com.br/download/manual-do-professor-de-educacao-fisica-encontros-ef-3-4-5-anos-iniciais-ftd-pnld-1-x2jzlrveo?hash=17e07a9334aedce2254a54f7cc27bea5>. Acesso em 04 set.

2022.



Esse apontamento da potencialidade das Unidades Temáticas da EFE com os demais componentes curriculares torna a utilização dos Livros Didáticos interessante, pois, de acordo com minha experiência acadêmica, tanto quanto professora dos anos iniciais de escola pública e ensino superior, percebo a dificuldade de se pensar a interdisciplinaridade e as potencialidades desse tipo de trabalho pedagógico. Porém essas discussões já não são recentes na comunidade disciplinar da EFE, sendo produzidos bastante material para levar os/as docentes a essas reflexões didáticas.

Independentemente de como o livro didático vai se corporificar nas aulas de EFE, Angulski (2008, p. 02) ressalta que o livro didático acaba por ditar “[...] regras e verdades no processo educativo, eclipsando o trabalho pedagógico do/a professor/a, no que tange ao planejamento de ensino e à prática pedagógica propriamente dita”. Identifico essas ‘regras e verdades’ nos livros didáticos da EFE, principalmente quando se estabelecem relações pedagógicas entre os conhecimentos e as habilidades específicas do componente, em uma tentativa de hegemonizar o discurso acerca das aprendizagens essenciais a que os/as discentes devem obter via escola.

Além disso, um aspecto relevante a ser considerado é a exposição de muitas atividades práticas nos três livros didáticos da EFE que, de certa forma, acabam por ‘ocupar’ o lugar dos livros da própria área. Isto é, existem na literatura da EFE, inúmeros livros que apresentam discussões teórico-práticas acerca de atividades pedagógicas possíveis de serem realizadas, articuladas com diferentes conhecimentos. Nesse caso, os livros didáticos trazem possibilidades pedagógicas já existentes e conhecidas por parte de muitos/as docentes, porém a partir dos ordenamentos legais da homologação da BNCC, os livros didáticos para os anos iniciais aqui trazidos para interpretação, partem do que é sistematizado pela documento federal, auxiliando a prática pedagógica de muitos/as professores/as. Mas não é muito repetir que esses livros, não abrangem os conhecimentos locais/regionais o que reforça a normatividade da BNCC e seu processo de ‘implementação’.

Por mais que os textos curriculares locais sejam reformulados a partir da BNCC, estes serão frutos de traduções, além de se levar em conta os conhecimentos produzidos nas esferas locais. O discurso da cultura local inserido nos currículos como parte diversificada não é incluído pelos livros didáticos, o que pode pressupor uma tentativa de controle da prática pedagógica na EFE. Nesse caso, segundo Novaes et al (2022, p. 3) afirmam que “[...] o



orçamento destinado a essa compra é proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia responsável pelo PNLD” e que o governo federal gastou, em 2019, cerca de um bilhão de reais na aquisição desses livros didáticos. Os autores ainda nos afirmam que “[...] a BNCC e PNLD se articulam em políticas públicas educacionais voltadas para o currículo e, por conseguinte, para o mercado de insumos curriculares, o que reforça a transformação da concepção de educação em mercado em expansão e em negócio rentável” (NOVAES et al, 2022, p. 4). A partir dessas considerações, é preciso redimensionar o olhar para a política do PNLD, para além de produção de material didático para a “melhora da Educação no Brasil”, para um outro prisma que é o alto investimento público nessa política, questionando a real necessidade de livros didático para a EFE. “O problema não está no fato da produção de material didático para o professor, mas sim no tipo de material que se enquadra numa perspectiva que limita o ensino a simples organização técnica e didática do conhecimento e das experiências de aquisição” (NOVAES et al., 2022, p. 8). Os autores nos mostram dados referentes aos custos dos Livros didáticos da EFE:

[...] a venda de pouco mais de 460 mil exemplares, o que significa um pagamento de mais de R\$ 5.000.000,00 pelos manuais para a EFE. Vale pontuar que esse valor incide em apenas uma pequena “fatia do bolo” das editoras, mais precisamente 0,25%, uma vez que, apenas em 2019 e 2020, elas arrecadaram quase dois bilhões com livros didáticos e paradidáticos para o ensino fundamental. No entanto, para o campo da EFE consideramos significativos o volume e o valor dos manuais adquiridos pelo fato de ter alcançado quase meio milhão de professores de educação física do ensino fundamental. Nesse sentido, a inserção da educação física no PNLD não é algo sem importância e nem desconectado da perspectiva neoliberal que começa a dominar o mercado da educação; pelo contrário, potencialmente essas decisões voltadas para produção de materiais didáticos afetam o campo da educação e a ação docente como parte principal dos dispositivos curriculares (NOVAES, et al. 2022, p. 9).

Para finalizar, Novaes et al (2022) afirmam que mais da metade dos livros adquiridos pelos/as docentes de EFE foi a coleção Práticas Corporais: Educação Física publicado pela Editora Moderna cuja primeira autora é a prof. Suraya Darido que foi uma professora atuante ao longo do processo de constituição da BNCC em suas três versões. Segundo Novaes et al. (2022, p. 10):



Esse é um indício que explicita como o mercado vai buscar massa crítica na universidade para legitimar o novo modelo de negócio na educação que, no caso da EFE, reintroduz o modelo pedagógico dos manuais com novas roupagens, discursividades e conhecimentos alinhados à BNCC.

### **Conclusões:**

O estranhamento do livro didático para a EFE proporciona pensá-lo como uma forma de desdobramento da BNCC, no que tange à parte de um processo de implementação dessa política curricular. A BNCC enquanto documento normativo aponta para a necessidade de os currículos de todo o país serem reformulados com base em seus pressupostos. Profere a inclusão dos conhecimentos tidos como representantes das diferentes localidades brasileiras, porém, ao estabelecer a elaboração de livros didáticos para a EFE, não abre possibilidade para que esses conhecimentos sejam sistematizados. Dessa forma, argumento que o desdobramento da BNCC por meio do livro didático, pode ser considerado como um fracasso normativo, principalmente por não dar conta das inúmeras possibilidades curriculares que são produzidas diariamente nos espaços escolares e pelos processos de tradução que ocorrem ao se ler qualquer documento, propiciando diferentes sentidos aos seus conteúdos textuais. Além disso, é importante destacarmos o quantitativo de livros produzidos pela comunidade disciplinar da EFE que aponta uma não necessidade de produção de Livros Didáticos para o componente curricular em questão. O dinheiro gasto no investimento em compras dos livros para os anos iniciais poderiam ser melhor aplicados em políticas públicas de formação docente e na infraestrutura das escolas e dos materiais pedagógicos necessários às aulas da EFE.

### **Referências**

ANGULSKI C. M. et al. Apropriação/ressignificação ou negação do conhecimento nas aulas de Educação Física. In: Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte: **Anais...** UFPR. Curitiba, p. 495 – 503, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. 2017.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático**. Ministério da Educação. Brasília: 2018.

DARIDO, S. C. et al. Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.2, p.450-457, abr./jun. 2010.



DARIDO, S. C. et al. **Práticas Corporais: educação física: 1º e 2º anos**. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2017.

DARIDO, S. C. et al **Práticas Corporais: educação física: 3º a 5º anos**. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2017.

DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

DESTRO, D. S. **Disputas políticas pela Educação Física escolar na Base Nacional Comum Curricular**, 2019. 288 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2019.

DESTRO, D. S. A ressignificação da Base Nacional Comum Curricular na rede municipal de Juiz de Fora/MG. **Roteiro**, [S. l.], v. 46, p. 1-22, 2021.

LOPES, A. C. Democracia nas políticas de currículo. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 700-715, set/dez., 2012.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro, Editora EdUERJ, 2011.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, F. G.; MOREIRA, E.C. O livro didático de educação física: uma leitura da produção acadêmica. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, n.3, p.445-462, 2019.

MENDONÇA, D. de. Pensando (com Laclau) os limites da democracia. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de (Orgs). **A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2015.

NOVAES, R. et al. Os manuais de Educação Física no Plano Nacional do Livro Didático. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3475>. Acesso em 04 set. 2022.

OLIVEIRA, A. C. G. de; ROSA, M. I. P. Recontextualizações e Hibridismos em Processos de Elaboração e Avaliação de Livros Didáticos de Química. **Química Nova Escola**, v. 38, n. 3, p. 273-283, 2016.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M. et al. Educação Física e livro didático: entre o hiato e o despertar. **Movimento**. Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 479-493, abr./jun. de 2015.

STALLIVIERI, R. **Manual do professor para a educação física: 1º e 2º ano**. 1ª edição. Curitiba: Terra Sul, 2017.

STALLIVIERI, R. **Manual do professor para a educação física: 3º e 5º ano**. 1ª edição. Curitiba: Terra Sul, 2017.

TEIXEIRA, P. C.; BRANCO, J. C. S. BNCC: Convergências e Divergências. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v.22, n.5-esp, p.693-701, 2021.